



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Regulamentado pela Lei 2259/2009 e Lei 2579/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCA ELEIÇÃO PARA
CONSELHEIROS
TUTELARES
MANDATO 2016/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Lúna-ES, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/1990, Resolução do CONANDA Nº 170, de 10 de dezembro de 2014, Lei Municipal nº 2.259/2009 e Lei Municipal nº 2.579/2015, faz publicar o EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar em data unificada, para o quadriênio 2016/2019.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O processo de escolha dos conselheiros tutelares será coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 2º - Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, incluindo seleção prévia e eleição, a Comissão Eleitoral Especial, constituída através da Resolução nº 001/2015, de 27 de abril de 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: Compete a Comissão Eleitoral Especial:

- a) Organizar e coordenar o processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar;
- b) Receber os pedidos de inscrições dos candidatos e processar toda a documentação referente ao processo de escolha;
- c) Analisar e decidir em primeira instancia os pedidos de impugnações e outros incidentes ocorridos durante o processo;
- d) Dar ciência ao Ministério Público das decisões proferidas nas etapas do certame e outros incidentes ocorridos no processo;
- e) Decidir os casos omissos nesse Edital.

II - DO CONSELHO TUTELAR

Art. 3º - O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º - O Conselho Tutelar instituído no município será composto por 5 (cinco) membros efetivos, assim considerados os mais votados e os suplentes, que lograrem obter votos, a serem escolhidos pelos eleitores do município de Lúna, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma reeleição.

Art. 5º - As atribuições dos membros do Conselho Tutelar estão previstas nos art. 95 e 136 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 34 da Lei Municipal nº 2.259/09.

Art. 6º - O Conselheiro Tutelar está sujeito a regime de dedicação exclusiva, sendo vedada a acumulação de outra função pública ou privada.

Art. 7º - Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em expediente de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:30, e aos finais de semana e feriados, conforme escala previamente elaborada pelo Conselho Tutelar e aprovada pelo CMDCA.

Art. 8º - A remuneração dos conselheiros tutelares será efetuada em forma de subsídio sendo fixado em R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).

III – DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INSCRIÇÃO

Art. 9º - Somente poderão concorrer ao pleito de escolha os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

- a) Ter reconhecida idoneidade moral;
- b) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Residir no Município de Lúna-ES há mais de 02 (dois) anos;
- d) Estar em gozo dos direitos civis, políticos e militares;
- e) Possuir escolaridade mínima do ensino médio;
- f) Comprovar por certidão que não responde a nenhuma ação de execução civil, penal, comercial, administrativa, tributária, de despejo, falência e que nunca foi condenado por infração penal;
- g) Submeter-se a uma prova de conhecimentos específicos sobre a Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal nº 2.259/2009 com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 2.579/2015, em caráter eliminatório;
- h) Ter Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para conduzir veículos automotores, no mínimo categoria “B”;

- i) Comprovar experiência no mínimo 12 (doze) meses em atividade na área da criança e do adolescente;
- j) Comprovar disponibilidade exclusiva para o efetivo exercício da função, através de declaração firmada pelo próprio punho.

IV - DOS IMPEDIMENTOS

Art. 10 - São impedidos de servir, no mesmo Conselho Tutelar, parceiros em união estável, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e sogra, genro e nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tios, sobrinhos, padrastos ou madrastas e enteados, conforme o Artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único – Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma do artigo 16 da Lei Municipal nº 2.259/2009 combinado com o parágrafo único do artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação a autoridade judiciária e o representante do Ministério Público com atuação na justiça da infância e juventude, em exercício na comarca, bem como, ao Chefe do Executivo e Legislativo Municipal, o Vice-Prefeito e Vereadores.

V - DAS ETAPAS

Art. 11 - O Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares se realizará em três etapas eliminatórias:

I – 1ª Etapa: inscrições;

II – 2ª Etapa: prova objetiva de conhecimentos específicos sobre a Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal nº 2.259/2009 com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 2.579/2015;

III – 3ª Etapa: Eleição.

VI- DAS INSCRIÇÕES

Art. 12 - As inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar serão realizadas perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito à Av. Presidente Getulio Vargas, nº 76, Centro, Iúna-ES, no período de 22 a 26 de junho de 2015, no horário entre 8:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00.

Art. 13 Além de cumprir os requisitos para o exercício do cargo constantes no art. 10 do presente Edital, o candidato deverá entregar no ato da inscrição:

- a) Formulário de inscrição preenchido (entregue ao interessado no local das inscrições);
- b) Cópia legível e autenticada da Carteira Nacional de Habilitação no mínimo categoria B;
- c) 02 fotos 3x4;

- d) Cópia legível e autenticada de comprovante de residência acompanhada de declaração de que reside no Município de Lúna-ES há pelo menos dois anos (Anexo II);
- e) Cópia legível e autenticada de Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou outro documento que comprove ou presuma a escolaridade exigida tais como certificado de conclusão de curso de nível superior ou carteira de registro em entidade de classe;
- f) Cópia legível e autenticada do Título Eleitoral, acompanhada de certidão fornecida pela Justiça Eleitoral comprovando estar em gozo dos direitos políticos;
- g) Cópia legível e autenticada do Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;
- h) Atestado de antecedentes criminais, sendo vedada a habilitação como candidato o interessado que possua registro de antecedente criminal;
- i) Certidão negativa cível, criminal, execução fiscal obtida diretamente no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo;
- j) Cópia de registro em carteira de trabalho, certidão ou declaração expedida por órgão governamental ou não governamental que comprove experiência no atendimento na área da criança e do adolescente, pelo período mínimo de 12 (doze) meses;
- k) Declaração de dedicação exclusiva no exercício da função de Conselheiro Tutelar, firmada pelo próprio punho. (Anexo III).

Art. 14 – O candidato poderá registrar um codinome (apelido) e terá um número oportunamente sorteado pela Comissão Eleitoral.

Art. 15 - O pedido de inscrição que não atender às exigências deste edital será indeferido, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

Art. 16 – Encerradas as inscrições será aberto prazo de 03 (três) dias úteis para impugnações.

Art. 17 – Os candidatos que tiverem as suas inscrições indeferidas poderão apresentar recurso em 03 (três) dias úteis à Comissão Especial Eleitoral que o julgará no prazo de 03 (três) dias úteis.

§ 1º - Da decisão de que trata o *caput* do presente artigo, caberá recurso ao CMDCA num prazo de 03 (três) dias úteis que o decidirá em igual prazo.

§ 2º - Após a decisão dos recursos pelo CMDCA será publicada a lista definitiva com os nomes dos candidatos aptos a participar da 2ª Etapa (Prova de Conhecimentos sobre a Lei Federal nº 8.069/1990 e sobre as Leis Municipais nº 2.259/2009 e 2.579/2015).

VII – DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Art. 18 – A prova de conhecimento específico, contendo 20 questões objetivas, valendo 0,5 pontos cada, será aplicada no dia 09 de agosto de 2015, às 9:00 horas, em endereço a ser divulgado.

Parágrafo Único – Considerar-se-á aprovado o candidato que obter a nota mínima de 5 (cinco) pontos, nos termos do inciso VII do Art. 19 da Lei Municipal nº 2.259/2009.

Art. 19 – Após publicação do resultado da prova objetiva o candidato poderá interpor recurso no prazo de até 03 (três) dias úteis para Comissão Especial, que o julgará em igual prazo.

§ 1º - Da decisão de que trata o *caput* do presente artigo, caberá recurso ao CMDCA num prazo de 03 (três) dias úteis que o decidirá em igual prazo.

§ 2º - Após a decisão dos recursos pelo CMDCA será publicada a lista definitiva com os nomes dos candidatos aptos a participar da 3ª Etapa (Eleição).

VIII - DAS ELEIÇÕES

Art. 20 – A eleição para escolha dos membros do Conselho Tutelar, do primeiro processo em data unificada, acontecerá no dia 04 de outubro de 2015, das 8h às 17h, em locais a serem divulgados pelo CMDCA.

Art. 21 – A forma da propaganda de divulgação eleitoral será definida e regulamentada pela Comissão Eleitoral e garantirá a utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

Art. 22 - No dia da eleição, não será permitido ao candidato ou simpatizantes fazer qualquer tipo de propaganda eleitoral, conduzir eleitores se utilizando de veículos particulares e realizar propaganda de qualquer natureza.

Art. 23 – É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Parágrafo Único - Em caso de descumprimento das normas indicadas nos artigos anteriores o candidato terá sua candidatura cassada e seus votos não serão computados por ocasião da apuração.

Art. 24 - A decisão de cassação da candidatura será tomada pelo CMDCA, mediante processo administrativo instaurado pela Comissão Eleitoral, permitindo ao candidato direito a defesa por escrito, no prazo de 03 (três) dias, tendo o CMDCA igual prazo para proferir a decisão.

Art. 25 – Estará habilitado a votar o eleitor que apresentar o título eleitoral do Município de Lúna acompanhado de documento com foto.

§ 1º - O eleitor deverá comparecer ao local de votação em que sua seção de origem estiver agregada. Para tanto, oportunamente será disponibilizado pela Comissão Eleitoral a Relação de Locais de Votação.

§ 2º - O eleitor poderá votar em até 3 (três) candidatos.

§ 3º - Nas cabines de votação serão afixadas listas com relação de nomes, codinomes e números de todos os candidatos.

Art. 26 - Cada candidato poderá credenciar no máximo 1 (um) fiscal por local de eleição, para eleição e apuração, e este será identificado por crachá, fornecido pelo CMDCA.

IX – DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 27 - A apuração dos votos dar-se-á imediatamente após o encerramento das eleições, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

Art. 28 - Concluída a apuração dos votos o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado providenciando a divulgação dos nomes dos candidatos votados, com números de sufrágios recebidos.

Art. 29 - Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados titulares eleitos, ficando os demais candidatos que obtiverem votos, pelas respectivas ordens de votação, como suplentes.

Art. 30 - Havendo empate na votação considerar-se-á em primeiro lugar o de maior nível de escolaridade, permanecendo o empate, o candidato com maior tempo de domicílio no Município e persistindo o empate o de maior idade.

Art. 31 – Os membros titulares serão diplomados e empossados pelo CMDCA e será oficiado ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados com a respectiva publicação no site do Poder Executivo, nos jornais de circulação na cidade e no mural do saguão da Prefeitura Municipal.

Art. 32 - Do resultado da eleição e proclamação dos eleitos caberá recurso à Comissão Especial Eleitoral, prazo de 03 (três) dias úteis, que será julgado em igual período.

§ 1º - Da decisão de que trata o *caput* do presente artigo, caberá recurso ao CMDCA num prazo de 03 (três) dias úteis que o decidirá em igual prazo.

§ 2º - Após a decisão dos recursos pelo CMDCA será publicada a lista definitiva com os nomes dos candidatos eleitos titulares e suplentes.

Art. 33 – Os conselheiros tomarão posse no dia 09 de janeiro de 2016, entrando em efetivo exercício no dia subsequente.

X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 – A efetivação da inscrição implica por parte do candidato no conhecimento e aceitação de todos os termos fixados no presente edital e em prévia aceitação do cumprimento do que estabelece a Lei Federal nº 8.069/1990 e Lei Municipal nº 2.259/2009 com as alterações da Lei Municipal nº 2.579/2015 das quais não poderá alegar desconhecimento.

Art. 35 - Os membros escolhidos como titulares serão submetidos a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e a treinamentos promovidos por uma Comissão a ser designada pelo CMDCA, 30 (trinta) dias antes da posse.

Art. 36 - A não exatidão das afirmativas ou irregularidades nos documentos, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

Art. 37 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação dos resultados finais, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 38 – A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade com o disposto editado pelo CONANDA.

Art. 39 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

Art. 40 - Faz parte do presente edital os anexos I, II e III contendo, cronograma, declaração de residência e declaração de exclusividade.

Art. 41 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Especial com fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos e da Criança e do Adolescente.

Lúna/ES 11 de junho de 2015

Edna Maria de Melo Nunes
Presidente em Exercício do Conselho
Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente

ANEXO I

CRONOGRAMA

	DATA
Prazo para inscrição	22/06/15 a 26/06/15
Divulgação da lista dos candidatos	03/07/15
Prazo para impugnação de inscrição	06/07/15 a 08/07/15
Publicação dos candidatos impugnados	10/07/15
Prazo de apresentação de defesa pelos candidatos impugnados	13/07/15 a 15/07/15
Apreciação das defesas pela Comissão Eleitoral	16/07/15 a 20/07/15
Prazo de recurso da decisão da Comissão Eleitoral ao CMDCA	22/07/15 a 24/07/15
Apreciação dos recursos pela plenária do CMDCA	27/07/15 a 29/07/15
Divulgação dos recursos definitivos	03/08/15
Prova de Conhecimentos Específicos	09/08/15
Divulgação dos aprovados	13/08/15
Prazo para apresentação de recurso	14/08/15 a 18/08/15
Apreciação dos recursos pela Comissão Eleitoral	19/08/15 a 21/08/15
Prazo de recurso da decisão da Comissão Eleitoral ao CMDCA	25/08/15 a 27/08/15
Apreciação dos recursos pela plenária do CMDCA	28/08/15 a 01/09/15
Divulgação da relação final dos candidatos habilitados à eleição (9:00) Reunião com os candidatos para orientações sobre as regras da campanha eleitoral e distribuição da listagem de locais de votação (15:00)	02/09/15
Período de Campanha Eleitoral	04/09/15 a 03/10/15
Eleição, apuração e proclamação dos eleitos	04/10/2015
Prazo para apresentação de recurso	05/10/15 a 07/10/15
Apreciação dos recursos pela Comissão Eleitoral	08/10/15 a 13/10/15
Prazo de recurso da decisão da Comissão Eleitoral ao CMDCA	15/10/15 a 19/10/15
Apreciação dos recursos pela plenária do CMDCA	20/10/15 a 22/10/15
Diplomação dos candidatos eleitos	29/10/15
Formação/capacitação dos conselheiros eleitos	17 e 18/11/15

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, já qualificado (a) na ficha de inscrição do processo de escolha do Conselho Tutelar de Lúna – ES, **DECLARO** que resido no município de Lúna há mais de 02 (dois) anos. Declaro, ainda, que estou ciente da minha responsabilidade pela informação acima prestada e das consequências civil e penal dela decorrentes.

Lúna, ____ de _____ de 2015.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Eu, _____, já qualificado (a) na ficha de inscrição do processo de escolha do Conselho Tutelar de Lúna – ES **DECLARO** que terei dedicação exclusiva no exercício da função de Conselheiro Tutelar. Declaro, ainda, que estou ciente da minha responsabilidade pela informação acima prestada e das conseqüências civil e penal dela decorrentes.

Lúna, ____ de _____ de 2015.

Assinatura